

# **Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil / Ermínia Maricato ... [et al]. 1ª ed. – São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013, 112 p.; 23 cm. (Tinta Vermelha)**

CARLOS GUSTAVO SARMET MOREIRA SMIDERLE

Os estudiosos ainda se perguntam o que de fato aconteceu com o Brasil durante os movimentos de massa de junho de 2013 e quais seriam seus prováveis desdobramentos na nossa vida coletiva. “Cidades rebeldes – passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil” reúne uma coletânea de 15 artigos propondo análises segundo uma diversidade de pontos de vista e de ênfases. Lançada ainda em 2013 pela Boi Tempo Editorial e Carta Maior, a publicação reúne contribuições de autores do Brasil e do exterior, com texto de apresentação de Raquel Rolnik.

Sugestivamente intitulado “**Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo**”, o primeiro capítulo — de autoria de uma comissão estabelecida pelo Movimento Passe Livre de São Paulo — reconhece que as mobilizações foram “sempre muito mais amplas” do que o próprio movimento, mas afirma que “a tomada direta e descentralizada das ruas, a radicalidade das ações e a centralidade dos aumentos tarifários” dá a tônica dessas lutas.

No segundo capítulo, “**É a questão urbana, estúpido!**”, Ermínia Maricato diz que as manifestações de junho não deveriam ser surpresa para quem acompanha de perto a realidade das cidades brasileiras, já que seria impossível dissociar as principais razões objetivas e subjetivas dos protestos da condição das cidades.

“Nem toda melhoria das condições de vida é acessível com melhores salários ou com melhor distribuição de renda. Boas condições de vida dependem, frequentemente, de políticas públicas urbanas”, lembra.

Em **“A liberdade da cidade”**, publicado originariamente em 2008, David Harvey reflete sobre um tema umbilicalmente ligado à insatisfação catalisada pelas manifestações de junho. Lembra o autor: “A liberdade da cidade é (...) muito mais que um direito de acesso àquilo que já existe: é o direito de mudar a cidade mais de acordo com o desejo de nossos corações.” Ao analisar a possibilidade de mudança nas cidades, o autor a associa à “liberdade de fazer e refazer a nós mesmos”.

No capítulo **“Quando a cidade vai às ruas”**, Carlos Vainer reivindica que a análise de tais processos em perspectiva histórica “deve dirigir seu olhar não para a fagulha que deflagra o incêndio” — parafraseando Mao Tse-Tung —, “mas para as condições da pradaria, que (...) estava seca, pronta para incendiar-se”. Ao propor tal análise, o autor põe na mesa noções como a “cidade neoliberal” — vista como empresa e mercadoria, submetida à lógica de megaeventos, meganegócios e, por consequência, sujeita a megaprotestos — e a “cidade de exceção”, avessa à racionalidade politicamente negociada do plano diretor e do zoneamento.

Mauro Luis Iasi é o autor de **“A rebelião, a cidade e a consciência”**, texto no qual analisa a cidade como expressão das contradições próprias do capitalismo. Recorre à noção implícita de ideologia como falsa consciência, mas vislumbra sua superação não mediante a ação esclarecedora de setores *iluminados*: “A passagem da serialidade para a explosão de massas que presenciamos no Brasil e em várias partes do mundo se dá na medida em que a impossibilidade se torna ela mesma impossível.”

Em **“Estrada de metal pesado”**, originariamente publicado em 2008, a partir de um artigo de 2003, Mike Davis contribui com o debate em questão relatando a situação do seu ambiente de origem, na Califórnia (EUA). A supremacia do automóvel, expressa em intermináveis engarrafamentos (atribuídos, não raro, por rádios e blogs locais à imigração ilegal) é simbolizada pelo sucesso atribuído ao Humvee, “um verdadeiro veículo de guerra” adaptado ao transporte familiar.

No capítulo **“Será que formulamos mal a pergunta?”**, Silvia Viana revisita a disputa semântica em torno do significado das manifestações, materializada em termos como “baderna” e “protestos pacíficos”, afirmando que “o movimento de junho empurrou a classificação midiática (...) a seu ponto de verdade”. Para a autora, a magnitude do abalo não ocorreu devido à quantidade de adesões, mas sim graças à qualidade do movimento que as convocou.

João Alexandre Peschanski acentua, em **“O transporte público gratuito, uma utopia real”**, o caráter propositivo dos protestos iniciais convocados pelo Movimento Passe Livre. Situando a proposta da tarifa zero na “agenda de transformação ecossocialista”, Peschanski avalia as possibilidades de êxito da tarefa de “enfrentar o equilíbrio político, supraclassista e suprapartidário que sustenta a sociedade do automóvel”.

**“Territórios transversais”**, de Felipe Brito e Pedro Rocha de Oliveira, focaliza a experiência recente da cidade do Rio de Janeiro como “laboratório de agenciamentos estatais coercitivos”, que “expõe a militarização da vida sob a forma

da hipertrofia da dimensão vigilante-repressiva-punitiva”. Avalia as tentativas de pagamento da dívida social brasileira após a redemocratização, pela via de algum tipo de regulação e intervenção estatal, corroídas pela crise capitalista. Ao final, o texto destaca a “admirável capacidade mobilizadora dos territórios da pobreza”, mas evidencia a “debilidade estratégica” do distanciamento perante os meios de produção.

Colocando-se ao lado do leitor na tentativa de decifrar o “enigma” dos protestos, Lincoln Secco, em “**As Jornadas de Junho**”, compartilha a perplexidade frente à irrupção dos movimentos que sacudiram São Paulo e o Brasil. O autor compila dados de pesquisas sobre os perfis dos participantes e reconstitui a marcha dos acontecimentos, que partiu de eventos com cerca de 2 mil pessoas para um ato reunindo em torno de 250 mil. Ao final, reflete sobre os possíveis rumos da conjuntura em termos do maior ou menor protagonismo dos movimentos sociais organizados e dos grupos da periferia das grandes cidades, que até então “só tinham voz mediante pesquisas”.

Em “**Sob a sombra do precariado**”, Ruy Braga elege o segmento dos operadores de *telemarketing* — transformado no segundo grupo mais numeroso em termos ocupacionais, envolvendo cerca de 1,5 milhão de trabalhadores no país — como uma espécie de termômetro da nova realidade do mercado de trabalho brasileiro. Simbolizando uma precariedade que lhe ultrapassa, diz o texto, os *call centers* combinam alta taxa de rotatividade de mão de obra e profundo sofrimento psíquico imposto aos trabalhadores. Pois foi este “precariado”, que inclui outras tantas categorias, quem teria ocupado as ruas em protesto contra o modelo vigente de desenvolvimento.

“**A vez do direito social e da descriminalização dos movimentos sociais**” é o título do capítulo assinado por Jorge Luiz Souto Maior, que comemora o “abalo irreversível da concepção refratária às mobilizações de rua” e enxerga nos movimentos de junho o anseio comum por melhores serviços públicos e por um Estado apto a equacionar a questão da desigualdade. Considera como desafio pós-junho consolidar o avanço dos movimentos sociais, no que talvez tenha apostado demais na cristalização de um cenário ainda volátil e incerto. Elenca determinações da Constituição de 1988 e normativas internacionais para marcar a legitimidade do irromper de vozes das vítimas de injustiça social e de intolerância.

Em “**Mídia, rebeldia urbana e crise de representação**”, Venício A. de Lima parte da premissa de que, a despeito da velocidade das mudanças tecnológicas no campo das comunicações, “a centralidade da velha mídia – televisão, rádio, jornais e revistas – é tamanha que nada ocorre sem seu envolvimento direto e/ou indireto”. Uma das evidências de sua afirmação se poderia encontrar nas próprias manifestações de junho, onde cartazes dispersos no meio da multidão revelaram que os jovens manifestantes se consideram sem canais para se expressar e ter sua voz ouvida. Ou seja, as redes sociais virtuais “não garantem a inclusão de jovens (...) no debate público cujo monopólio é exercido pela velha mídia”.

Adotando ponto de vista um tanto simétrico, Leonardo Sakamoto (“**Em São Paulo, o Facebook e o Twitter foram às ruas**”) sustenta que as mais recentes tecnologias de comunicação não são apenas ferramentas de descrição, mas sim de construção e reconstrução da realidade. “Quando alguém atua através de uma

dessas redes, não está simplesmente reportando, mas também inventando, articulando, mudando. Isto, aos poucos, altera também a maneira de se fazer política e as formas de participação social.” Se as manifestações de junho apontaram um “déficit de democracia participativa” e sinalizam para uma “reforma política que se concentre em ferramentas de participação popular” (no que toca a esta reforma, os verbos são sempre no subjuntivo!), muitos dos jovens manifestantes não sabem bem o que querem, mas apenas o que não querem.

Em “**Problemas no paraíso**”, Slavoj Žižek avalia as manifestações de massa que eclodiram ao redor do mundo, inclusive no centro do capitalismo mundial. Procura evitar o “essencialismo” de identificar um único objetivo perseguido pelos que foram às ruas. “O que a maioria dos manifestantes compartilha é um sentimento fluido de desconforto e descontentamento que sustenta e une demandas particulares”. Em tal cenário, diz o autor, “a luta pela interpretação dos protestos não é apenas ‘epistemológica’ (...); é também uma luta ‘ontológica’, que diz respeito à coisa em si”.

Publicada praticamente no calor dos acontecimentos que marcaram a história recente do país, a coletânea pode ser tomada como subsídio importante para quem procura se situar frente à convulsionada conjuntura política e econômica brasileira dos últimos anos. Mas que ninguém se engane: estamos sob chão reconhecidamente movediço, de modo que talvez seja demais esperar largo alcance e solidez de análises contemporâneas a objetos tão voláteis.

**Carlos Gustavo Sarmet Moreira Smiderle**

Doutor em Sociologia Política e servidor da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (Uenf)